
Produção e desenvolvimento socioeconômico de Assentados pela reforma agrária em Cocalzinho - GO

Production and socioeconomic development of Settled by agrarian reform in Cocalzinho - GO

Magno Victor Alves Cardoso¹; Rafael Batista Ferreira¹; Karina Fonseca da Silva Cirino¹; Wanderson Silva dos Santos^{2*}; Mariany Dalila Milan².

¹ Faculdade Metropolitana de Anápolis, Anápolis, Goiás, Brasil

² Universidade Estadual de Goiás, Ipameri, Goiás, Brasil

*Autor correspondente. E-mail: wanderson_18wss@hotmail.com.

Recebido: 12/11/2019; Aceito: 18/12/2019

RESUMO

A reforma agrária e os assentamentos enfrentam diversas dificuldades antes e depois da distribuição da terra para as famílias beneficiadas. Esse estudo teve como objetivo levantar questões sobre desenvolvimento socioeconômico dos assentados pertencentes aos assentamentos de Cocalzinho de Goiás (GO). O estudo foi realizado nos três assentamentos do município. Foi aplicado um questionário semiestruturado contendo questões sobre a problemática e sobre as informações socioeconômicas dos assentados a seis pessoas de cada assentamento. Posteriormente, realizada uma análise sobre o que foi desenvolvido nesses assentamentos, por estas famílias. Os resultados apontaram que mesmo após a obtenção da terra esses assentados ainda enfrentam grandes dificuldades no meio rural desde a infraestrutura, linhas de crédito e assistência técnica especializada. Verificou-se a alta taxa de analfabetismo, a baixa renda das famílias, o descaso da assistência técnica e a dificuldade de obtenção de crédito. Tais questões devem ser amplamente discutidas e resolvidas pelo poder público, visando assim a melhoria das condições para o desenvolvimento dos assentados.

Palavras-chave: Assentamento, Dificuldades, Questionário sócio econômico.

ABSTRACT

Land reform and settlements face a number of difficulties before and after land distribution to beneficiary families. This study aimed to raise questions about socioeconomic development of settlers belonging to the settlements of Cocalzinho de Goiás (GO). The study was conducted in the three settlements of the municipality. A semi-structured questionnaire was applied containing questions about the problem and about the socio-economic information of the settlers to six people from each settlement. Subsequently, an analysis was made of what was developed in these settlements by these families. The results showed that even after obtaining land these settlements still face great difficulties in rural areas to obtain loans. The high illiteracy rate, the low income of the families, the neglect of technical assistance and the difficulty of obtaining debt were verified. These issues should be widely discussed and resolved by the government, aiming at improving the conditions for the development of the settlers.

Keywords: Settlement, Difficulties, Socioeconomic Questionnaire.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira percorre a desigualdade social e a concentração fundiária desde sua origem no processo de colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo processo de industrialização ocorrido no século XX (MIRALHA, 2006; NAKATANI et al., 2012). Diante de um contexto histórico, o sistema praticado como a disparidade de terras e a prática de uma condição política arbitrário refletem, que de certa forma, contribuíram para as circunstâncias da concentração fundiária atual (CARVALHO, 2010).

A reforma agrária é uma forma de desconcentração e democratização da estrutura fundiária, tendo como propósito viabilizar a distribuição da terra, por meio de alterações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e a otimização de produtividade (INCRA, 2019a). Do ponto de vista do Estado, os assentamentos são resultados de projetos da política de reforma agrária, no qual transmuta uma determinada área para regularizar adversidades de ordem fundiária (NAKATANI et al., 2012).

A efetivação de assentamentos rurais, neste caso, apresenta transformações na estrutura fundiária, podendo deliberar mudanças socioeconômicas e políticas na região onde se instalam (LEITE 2000). Contudo, as famílias que se estabelecem em assentamentos atualmente enfrentam inúmeros conflitos, bem como dificuldades na produção agrícola, falta de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico (GOLDFARB, 2007). De acordo com SOARES (2013) a precariedade da infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária é um dos fundamentos desses conflitos, no qual segundo a perspectiva dos assentados que, habitualmente está relacionada ao auxílio de serviços públicos como escolas e postos de saúde, à criação de estruturas de estocagem e comercialização, e ao beneficiamento da produção. Porém, deve somar a outros fatores como serviços de assistência técnica, para que possam de certa forma assessorá-los desde a organização ao planejamento em longo prazo dos assentamentos, contribuindo com o desenvolvimento econômico.

Segundo SILVA (2017) diversos conflitos ocorrem devido não haver instrumentos ou meios de verificação e estrutura para analisar se executam a função social da propriedade rural, após os assentamentos serem implantados. Assim, torna-se fundamental investigar essa problemática, com o propósito de compreender como a reforma agrária tem sido realizada em Goiás, se é por meio apenas da distribuição de terras ou se além do acesso à terra, as famílias conseguem se desenvolver.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi coletar e analisar dados referentes às questões enfrentadas no desenvolvimento socioeconômico das famílias residentes nos três Assentamentos do município de Cocalzinho de Goiás, no estado de Goiás.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido por acadêmicos da Faculdade Metropolitana de Anápolis (FAMA) em parceria com acadêmicos da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Ipameri, durante o mês de abril de 2019.

A área de estudo foi no município de Cocalzinho de Goiás, localizado no leste goiano a 107 quilômetros de Brasília e 132 quilômetros da capital do Estado. De acordo com IBGE (2016b), este município possuiu 17.407 mil habitantes, sendo que deste total 810 habitantes são assentados da reforma agrária (INCRA, 2019b).

Atualmente, no município de Cocalzinho existem três assentamentos, sendo eles: Assentamento Santa Felicidade, localizado nas coordenadas geográficas 15° 26' 23" S e 48° 37' 09" W, as margens da BR

414 Km 327; Assentamento Fazendinha, localizado nas coordenadas geográficas 15° 33' 57"S e 48° 37' 17" W, as margens da BR 414 Km 331; Assentamento Boa Sorte localizado nas coordenadas geográficas 15° 23' 07" S e 48° 38' 26" W, as margens da BR 414 Km 320.

Para obtenção dos dados foi utilizado um questionário semiestruturado apresentado logo abaixo, nos três assentamentos citados, sendo que o questionário foi aplicado aos responsáveis titulares da parcela, onde dezoito assentados responderam ao questionário, tratando-se a seis entrevistados por assentamento. A aplicação do questionário teve duração aproximada trinta minutos.

Ao término da aplicação do questionário, os dados foram digitalizados no software Excel, onde foram realizados os cálculos de média por questionamento, posteriormente, os gráficos e tabelas (dados expressos em porcentagem).

QUESTIONARIO SEMIESTRUTURADO

Assentamento: -----

Nº.: _____

• Questões socioeconômicas

1-Sexo: M () F ()

2- Idades (anos): () 18-28 () 29-38 () 39-48 () 59-60 () mais de 60

3- Nacionalidade: () brasileira () estrangeira

4- Escolaridade: (nível): analfabeto () fundamental () médio () superior ()

5- Renda familiar: Menos de um salário () Um salário () Entre um e dois salários () Mais de três salários ()

6- Números de pessoas na residência: ()

• Questões da problemática

1. Família patriarcal? Sim () Não ()

2. Tem outro emprego além do rural? Sim () Não ()

3. Outros membros da família trabalham fora do meio rural? Sim () Não ()

4. Qual a ocupação antes de ser assentado?

5. Qual forma de produção? Agricultura () Pecuária () os dois tipos () Nenhuma ()

6. Possui algum tipo de financiamento rural? Sim () Não (). Se não, qual o motivo de não fazer um financiamento?

7. Recebe assistência técnica? Sim () Não (). Se sim, qual frequência recebe assistência técnica: Quinzenal () Mensal () Trimestral () Semestral () Anual ()

8. Qual seu grau de satisfação na terra? Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo (). Justifique.

RESULTADOS

Observa-se que dos 18 assentados entrevistados, 66,67% são representados pelo sexo masculino e que possuem idade entre 39-58 anos, todos são brasileiros, com baixa escolaridade e, em maioria, são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental e possuem renda mensal de apenas um salário mínimo (Tabela 1).

Tabela 1. Informações socioeconômicas dos assentados entrevistados, dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

	Quantidade	Proporção (%)
<i>Sexo</i>		
Masculino	12	66,67
Feminino	6	33,33
<i>Idade</i>		
18-28	0	0,00
29-38	1	5,56
39-48	5	27,78
49-58	5	27,78
59-60	3	16,67
Mais de 60	4	22,22
<i>Nacionalidade</i>		
Brasileira	18	100,00
Estrangeira	0	0,00
<i>Escolaridade</i>		
Analfabeto	7	38,89
Fundamental	8	44,44
Médio	3	16,67
Superior	0	0,00
<i>Renda Familiar</i>		
Menos de 1 salário	2	11,11
1 salário	10	55,56
Entre 1 e 2 salários	6	33,33

Mais de 3 salários	0	0,00
<i>Número de pessoas na residência</i>		
Uma	2	11,11
Duas	8	44,44
Três	3	16,67
Quatro	2	11,11
Cinco	1	5,56
Seis	1	5,56
Sete	1	5,56

A constituição familiar dos assentados de Cocalzinho de Goiás entrevistados possui modelo patriarcal de liderança familiar. A Figura 1 apresenta os resultados para o modelo de liderança, onde 67% dos assentados entrevistados têm a forma patriarcal como liderança familiar e 33% não apresentaram essa característica, resultado relacionado à masculinização do campo.

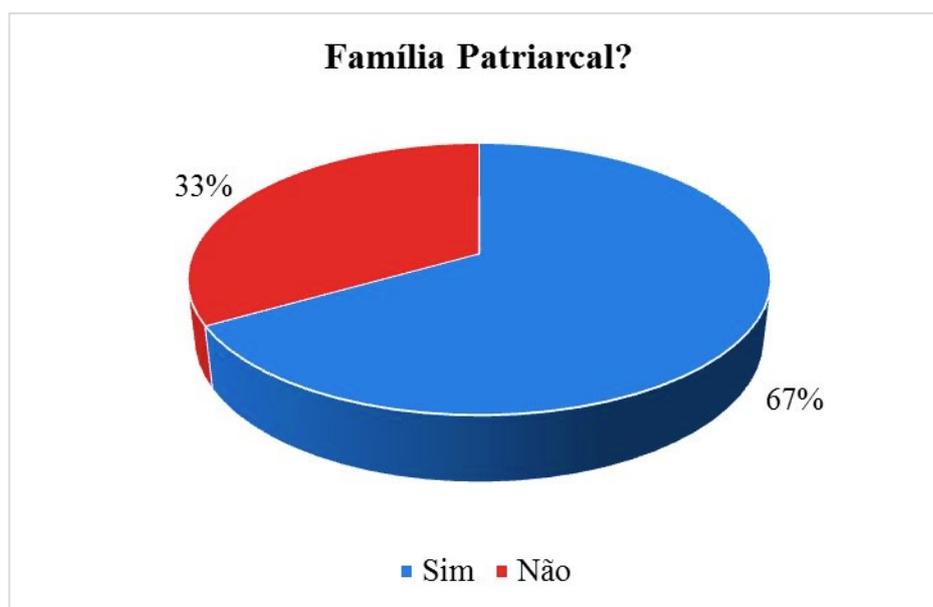


Figura 1. Gráfico de representação do modelo de liderança patriarcal ou matriarcal, dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

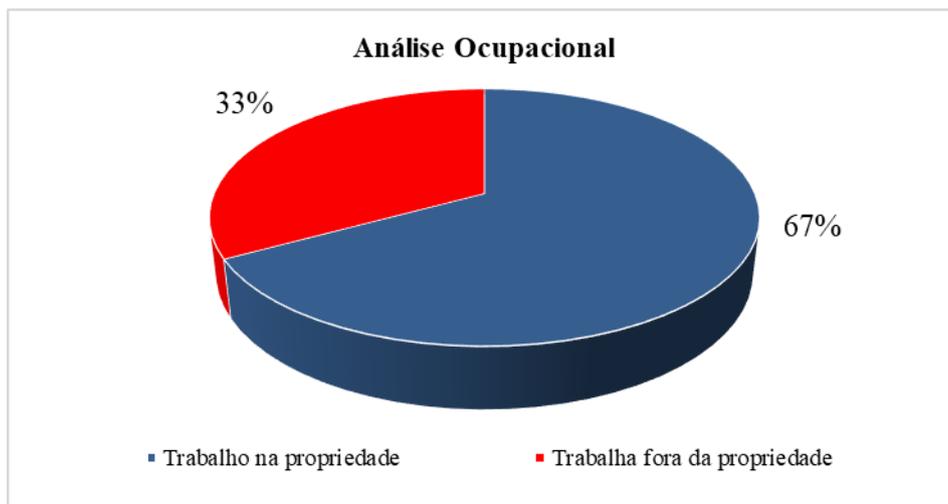


Figura 2. Representação da Análise ocupacional e fonte de renda dos assentados entrevistados, dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

Análise sobre a fonte de renda familiar na Figura 3, mostra que 56% das famílias dos entrevistados não possuem trabalho fora da propriedade e 44% possuem membros da família que trabalham fora para complementar à renda. Um fator que contribui para dados como esse é que há oferta crescente de oportunidades de ocupações não agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura e, portanto, exercem uma atratividade às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

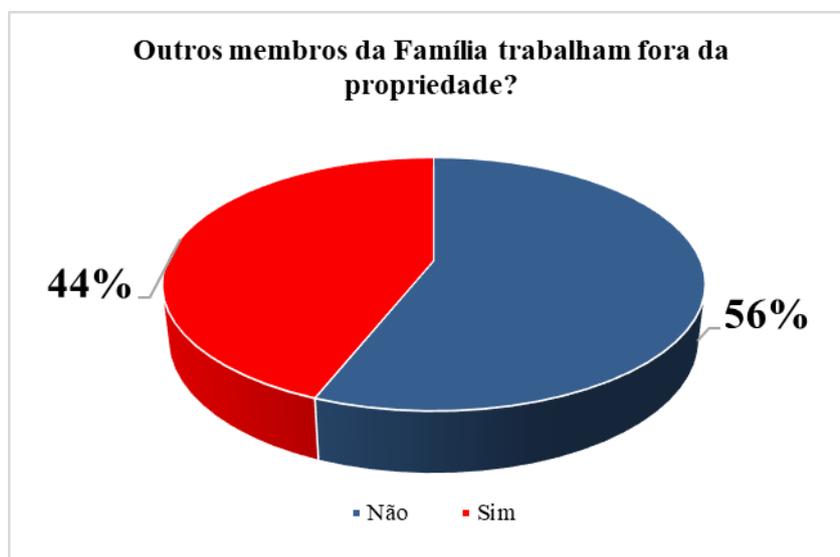


Figura 3. Representação gráfica ocupacional dos membros da família dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

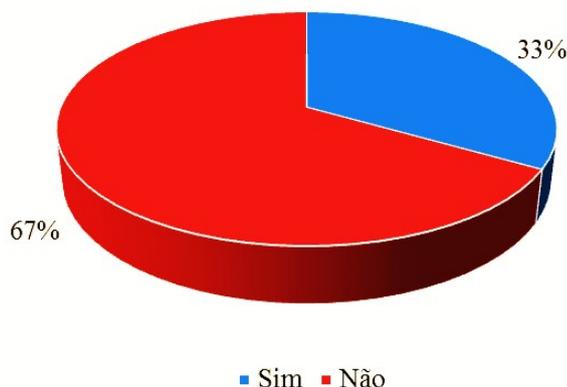
Possui algum tipo de financiamento rural?

Figura 4. Tipo de atividade da propriedade dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

Tabela 2. Índice de Assentados com Financiamento Rural, com indicação da razão de não adquirirem financiamento, nos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

Possui Financiamento Rural		
Sim	Não	
33%	67%	
Motivação de não possuir financiamento		
Burocracia	Indisponibilidade	Sem condições de pagamento
58,33%	25,00%	16,67%

No levantamento de acesso a assistência técnica, apenas 33% disseram receber algum tipo de auxílio na propriedade. Aos entrevistados que recebem assistência técnica, interrou-se a frequência com que eram assistidos, 83,33% dos assentados que recebem algum tipo de assistência a frequência ocorre em intervalos semestrais, e para 16,67% dos que recebem essa assistência, essa mesma em um intervalo anual (Figura 5) Levando em consideração a importância da assistência técnica para o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, percebe-se que o déficit deste fator colabora para os assentados não consigam adquirir crédito rural ou investir de maneira apropriada em seu estabelecimento e que dificulta o pagamento do financiamento e ampliação dos conhecimentos básicos sobre manejo e produção.

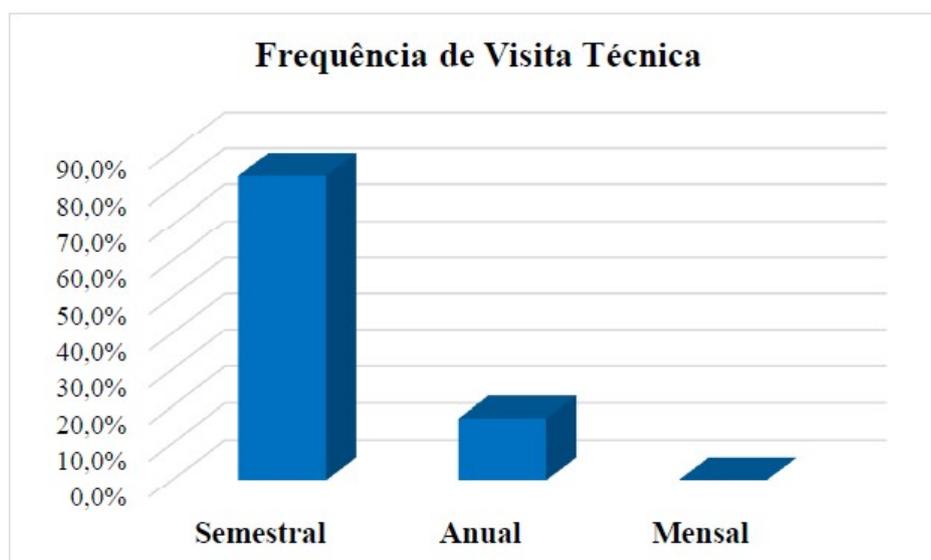


Figura 5. Frequência da visita técnica nas propriedades dos Assentamentos Santa Felicidade, Fazendinha e Boa Sorte, do município de Cocalzinho - Goiás.

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 1, nota-se que a predominância masculina no campo com idade acima dos quarenta anos de idade, isso se dá, segundo estudos realizados por SPANEVELLO et al., (2019), pelo caráter de seletividade do êxodo rural em várias regiões do país, o maior fluxo de jovens mulheres e como consequência a intensificação do processo de envelhecimento e de masculinização da população que por sua vez acaba permanecendo no meio rural. A organização da população rural no Brasil, nas últimas décadas reduziu a exigência de mão de obra devido a transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra, essas condições favorecem a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas (MAIA & BUAINAIN, 2015).

Não houve indícios de residentes estrangeiros entre os entrevistados, todos apresentaram nacionalidade brasileira. Já os dados referentes à escolaridade dos assentados entrevistados observam-se que a baixa escolaridade apresenta alto índice, sendo que o número de analfabetos ou ensino fundamental, corroboram com o trabalho de PIERRO & ANDRADE (2009), no qual demonstraram elevada proporção de pessoas que não sabem ler ou escrever pertencentes aos grupos de idade superior a 39 anos. Os dados do IBGE (2019a), a taxa de analfabetismo na zona rural em pleno século XXI é de mais de 23% índice considerado alto, se comparado com outros países como Argentina, Chile e Cuba.

A renda familiar média apresentada pelos assentados é de um a dois salários mínimos, tendo em vista que a taxa de ocupação por residência é de 2 a 3 pessoas/propriedade é mais frequente. Características também observadas no trabalho de LIMA & LOPES (2012) demonstraram o mesmo nível de renda para as famílias que vivem em assentamentos rurais, retratando que ao longo dos anos não houve variações ou melhorias neste quesito. A baixa escolaridade e o baixo índice de jovens nesses assentamentos, evidência o baixo desenvolvimento e reflete no avanço da comunidade.

Apesar das políticas governamentais para os assentamentos ainda não possuem eficiência e grande interferência nessas áreas, o acesso à terra permitiu uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores

rurais. A renda monetária agropecuária constitui o principal objetivo das famílias, sendo que as atividades das famílias permitem que elas atinjam um padrão de segurança alimentar e social, com geração da renda agropecuária e produção do próprio alimento (SILVA & CEREDA, 2014).

Os resultados da análise ocupacional dos líderes das famílias assentadas está representada pela Figura 2, no qual observa-se que 67% dos entrevistados não possuem emprego fora da propriedade e no âmbito rural, e 33% responderam que possuem outra fonte de renda. Em contrapartida, SANGALLI et al. (2014) e BEZERRA & SCHLINDWEIN (2017) obtiveram resultados distintos a esse, enquanto em média apenas 35,5% dos 182 assentados entrevistados obtêm suas rendas familiares com atividades fora da propriedade rural.

Em relação à atividade remunerada exercida pelos assentados, antes de ser integrado ao assentamento da reforma agrária, apresentou uma grande diversidade de áreas desde profissionais da área da estética, mecânica, à comercial. Entre as diversas ocupações descritas pelos entrevistados, a que apresentou maior representatividade foram a de trabalhador rural, onde quatro pessoas entre as dezoito entrevistadas advinham dessa atividade.

Quanto ao tipo de atividade exercida na propriedade, a Figura 4 demonstra que as atividades de agricultura e pecuária são exercidas em proporção igual entre os entrevistados, apenas duas das propriedades possuem as duas atividades, com base nos resultados obtidos o número de pessoas que optam pela diversidade de produção em sua propriedade é baixo, sendo a monocultura amplamente praticada entre os assentados como por exemplo, cultivo de milho. Tais resultados corroboram com GIONGO et al., (2019), no qual demonstrou que em assentamentos da região do sudoeste goiano apresenta um alto índice de monocultura por meio de cultivos temporários.

Quanto ao crédito rural e financiamento para investir na propriedade 67% dos entrevistados disseram que não possuíam financiamento rural e 33% dos possuíam financiamento rural (Tabela 2). Aos assentados que não possuíam financiamentos, questionou-se o motivo e 58,33% justificaram devido da burocracia em se obter o crédito, 25% argumentaram que a indisponibilidade do crédito é a razão para não possuir e, 16,67% por falta de condições de pagamento. Resultados equivalentes foram expressos no trabalho de VERGES (2011) demonstrando que os assentados ainda possuem dificuldades para ter acesso às linhas de crédito rural, principalmente pela exigência em dar as garantias que os bancos exigem. Por mais que as políticas tenham sido melhoradas ainda possuem impasse que precisam ser superados e melhor avaliados, de modo que proporcionem mais acesso para assentados e pequenas propriedades (CÂNDIDO & STURZA, 2018).

O intuito do trabalho buscou descobrir o grau de satisfação dos assentados com o local em que eles estão inseridos, segundo as entrevistas 78% afirmaram estarem satisfeitos com a distribuição de terras realizada pela reforma agrária. Para melhor compreender o motivo do grau de satisfação dos assentados, os seguintes resultados foram obtidos, 66,67% dos entrevistados disseram que a satisfação se dá pela tranquilidade e habitualidade com a zona rural, 16,67% justificaram devido ao poder de produzir o sustento familiar, 11,11% argumentaram que a negativa a satisfação se dá devido as dificuldades de produção, e em último lugar para 5,56% indagaram que o assentado ocorre como havia planejado. Observou-se que grandes partes dos assentados estão satisfeitos, e que sua habitualidade com a terra e a tranquilidade no meio rural proporciona é um dos grandes impulsionadores da permanência dessas pessoas no assentamento.

Esse estudo apresenta as dificuldades vivenciadas pelos assentamentos do município de Cocalzinho, onde grande parte dos assentados entrevistados demonstraram estar satisfeitos com a terra, ao qual eles estão ocupando. Porém muitas barreiras ao bem-estar dessas famílias podem ser observadas, sendo a baixa renda e a dificuldade de obtenção de créditos rurais, consideradas consequência da falta ou pouca assistência técnica, a alta

taxa de analfabetismo e/ou baixa escolaridade entre os assentados, representando a falta de políticas e de atividades que possam reverter à realidade dessas famílias

Todas essas dificuldades demonstram que ainda há grandes desafios na reforma agrária brasileira e deve enfrentar não somente as dificuldades para a obtenção da terra, por parte dessas famílias, mas também a necessidade de apoio e da capacitação dessas pessoas por parte do poder público. O sucesso da reforma agrária tem como objetivo a geração de renda, redistribuição de capital, agregar valor ao empreendimento familiar e garantir a segurança alimentar da sociedade.

CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que as políticas públicas existentes para suporte e desenvolvimento de assentamentos não possui eficiência prática, pois as famílias assentadas possuem um alto índice de analfabetismo, falta suporte técnico constante para o desenvolvimento e aumento de renda das propriedades, consequentemente o acesso ao crédito também é dificultado. Apesar das dificuldades, as famílias conquistaram mais estabilidade e segurança alimentar após se tornarem assentados, o que torna a política de redistribuição de terra uma ferramenta importante para o combate a pobreza e a desigualdade social.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por uma bolsa de iniciação científica e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) por uma bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M.M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

CÂNDIDO, H.T.; STURZA, J.A.I. Métodos participativos para diagnóstico da soberania alimentar no assentamento rural PA São Francisco, Rondonópolis–MT. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 148-174, 2018.

CARVALHO, L. H. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDEAS**, v. 4, n. 2, p. 395- 428, 2010.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra ente o campo e a cidade: As Comunas da Terra, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP. 2007.

GIONGO, P. R.; SOARES, J. A. B.; GOMES, L. F.; DA SILVA, M. V.; JÚNIOR, H. M. C. Uso dos solos em assentamentos rurais no Sudoeste Goiano. **Brazilian Applied Science Review**, v. 3, n. 2, p. 1331-1347, 2019.

IBGE. **CensoDemográfico 2016**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 de março de 2019b.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Senso Agropecuário 2017** – Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=430520>. Acesso em 20 maio. 2019a.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. 2019a. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 31 de out. de 2019 .

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de assentamentos do entorno**. 2019bDisponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em:21 de fevereiro de 2019.

LEITE, Sergio. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais**. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 2000.

LIMA, K.K.S. de; LOPES, P.F.M. The socio-environmental quality of rural settlements in Rio Grande do Norte State, northeastern Brazil. **Ciência Rural**, v. 42, n. 12, p. 2295-2300, 2012.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie*, n. 25, 2015.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, São Paulo, v. 9, n. 8, p.151-172, São Paulo, 2006.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n.110, p.213-240, 2012.

PIERRO, M.C.; ANDRADE, M.R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 246-257, 2009.

SANGALLI, A.R.; SCHLINDWEIN, M.M.; CAMILO, L.R. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 180-192, 2014.

SILVA, F. C. **Os índices agropecuários e o desenvolvimento rural pela reforma agrária: contradições no estado de Goiás**. Dissertação de Mestrado em Agronegócio – Programa de Mestrado em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 95f., 2017.

SILVA, E.M.; CEREDA, M.P. Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 2, 2015.

SOARES, K, N. **Identificando os Impactos da Distribuição Espacial e das Ações Coletivas na Consolidação dos Assentamentos de Reforma Agrária no Norte Fluminense**. Dissertação de Mestrado Políticas sociais, universidade estadual do norte fluminense darcy ribeiro. Campos dos goytacaze, 134f., 2013.

SPANEVERELLO, R.M.; MOREIRA, S.L.; BOSCARDIN, M. Dinâmica demográfica da população rural: o caso do Corede Alto Jacuí, Rio Grande do Sul. **Nucleus**, v. 16, n. 1, p. 69-84, 2019.

VERGES, N. M. Financiamento do setor rural: uma análise dos programas Procefa e Pronaf e o caso dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 45-70, 2011.